

JORNAL DA MANHÃ
12/10/89

GRILEIROS AMEAÇAM A AI ARARA BEIRADÃO

O prefeito Darcy Vaz Laux (eleito com o voto dos invasores da Área Indígena Zoró) tem planos bem concretos para, segundo ele, “tirar Aripuanã do final da linha!” Um deles é a abertura de uma estrada que atravessaria o coração da Área Indígena Arara Beiradão, para atender aos interesses de um consórcio de especuladores e supostos proprietários de títulos de terras.

Os Índios Arara

Os índios Arara, também conhecidos como Vela, habitantes do baixo rio Branco e rio Aripuanã, estavam dispersos até há pouco tempo, ignorados e considerados extintos pela Funai. Reduzidos a pequenos grupos e famílias, e acometidos de doenças como a tuberculose, alguns passaram a viver em Aripuanã, na expectativa de um mínimo de assistência. Foi nessas condições que o padre Manoel Valdez, do Cimi de Rondônia os localizou em 1983/84 e iniciou os trabalhos de identi-

cação e localização de suas aldeias e território.

Em 1987, finalmente, um grupo de trabalho da Funai, dirigido pela antropóloga Vera Lopes dos Santos propôs os limites da Área Indígena Arara Beiradão. A reação foi violenta: o próprio grupo foi ameaçado por grileiros, fazendeiros e especuladores. A tensão se manteve latente, até que os Arara se dispuseram a retornar a seu território, o que desencadeou uma série de ameaças e atentados contra os índios e funcionários da Funai. Foi neste clima que em novembro de 1987 a Funai, através da portaria PP3831/87, interditou uma área de 242.776 hectares “para efeito de segurança e garantia de vida e bem-estar dos índios”.

Após a interdição, diversos especuladores e proprietários de títulos de terra da chamada “Gleba Guariba IV” entraram na justiça com mandados de segurança contra a Funai e a União. Visivelmente comprometida com os interesses dessa gente, cerca de um ano após a interdição,

a Funai nomeou outro grupo de trabalho, com o objetivo de apresentar um projeto de assentamento das famílias Arara. Liderado pelo sociólogo José Augusto Mafra, o grupo, na verdade, esteve mais preocupado em reduzir o território indígena. Inicialmente, de 242.776ha para 70.000 hectares, divididos em duas áreas descontínuas (30.000 ha e 40.000 ha), e depois para uma única área de 43.050 ha. Confusos e instigados por Mafra, os Arara se submetem a mais um assalto.

Cansados de esperar uma solução definitiva, os Arara enviaram uma delegação a Cuiabá, entre os dias 4 e 14 de maio passado. Em audiência com a Funai, repudiaram a redução de suas terras e exigiram providências urgentes para o assentamento imediato. Denunciaram ainda ameaças que vinham sofrendo e o início de grandes derrubadas na região por grileiros e fazendeiros (Luís de Almeida, Grupo Conseravam, Benedito Martins e outros).

Incentivados por uma sentença da Justiça Federal de Brasília, de novembro de

1988, que não reconheceu plena validade à Portaria PP3831 de interdição, os fazendeiros propuseram doar o combustível para que prefeitura de Aripuanã concretizasse a abertura de uma estrada de servidão de 80 km, ligando todas as fazendas da região de Aripuanã ao rio Guariba. A 9 de junho último, promoveram uma reunião em Aripuanã com a presença dos secretários de Transportes e de Agricultura do Estado, secretários municipais, prefeito, vereadores, fazendeiros e comerciantes para negociarem a estrada. Que, de acordo com o traçado apresentado pela prefeitura rumo em direção a Rondônia/Ja-Piranã, totalmente no interior da Área Indígena.

O prefeito Darcy Vaz Laux apresentou o projeto à Câmara dos Vereadores. Mas um dos vereadores, Sr. Bento, o contestou dizendo que a estrada atravessa um cemitério indígena. A reação foi instantânea: dois dias depois seu trator amanheceu incendiado próximo ao rio Branco.

No dia 12 de junho, o presidente do

Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Aripuanã, João Maltheso, denunciou à presidência da Funai e ao Inbra a tática acertada pelos fazendeiros, durante a reunião com as autoridades, para se apossarem do território indígena: este ano, para a abertura de pastos e sedes, eles apenas roçariam o mato e cortariam as pequenas árvores para, em seguida, fazerem o desmatamento com fogo. Com isso pretendiam burlar a fiscalização do IBDF e depois jogar sementes de capim por avião.

Para verificar a procedência das denúncias — dos índios, de moradores de Aripuanã, através de um abaixo-assinado e de João Maltheso —, no dia 11 de julho a Funai mandou uma equipe à Área Indígena. De volta e sem ter efetivamente determinado coisa alguma — nem mesmo foi verificar os desmatamentos — a equipe da Funai preferiu reclamar contra João Maltheso, pedindo que não se envolvesse mais no assunto, pois todas as denúncias não passavam de “fofoca do povo de Aripuanã”.

Inês Hargreaves

AURB... 7